

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(do Sr. Marcon)**

Requer a realização de Seminário para debater as Instruções Normativas 76 e 77 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e atual política de preço de leite no RS.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Seminário a ser realizado no Teatro Dante Barone, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, destinada a debater as Instruções Normativas 76 e 77 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e atual política de preço de leite no RS.

Sugiro como convidados representantes das seguintes instituições:

- **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);**
- **Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR);**
- **Secretaria da Fazenda (SEFAZ);**
- **OCERGS;**
- **SESCOOP/RS;**
- **UNICAFES;**
- **FARSUL;**
- **FETAG;**
- **FETRAF/SUL;**
- **FETAR;**
- **MPA;**
- **MST;**
- **COCEARGS;**
- **FECOAGRO;**
- **FAMURS;**
- **Associação Gaúcha de Municípios (AGM);**
- **Instituto Gaúcho do Leite (IGL);**
- **SINDILAT;**
- **APIL;**
- **Associação Gaúcha de Laticinistas e Laticínios (AGL);**

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

- **EMBRAPA Clima Temperado/ Pelotas;**
- **CONAB;**
- **EMATER;**
- **Ministério Público Federal;**
- **Ministério Público Estadual;**

JUSTIFICATIVA

Peço apoio dos nobres pares para a realização do seminário relacionado ao tema. A cadeia produtiva do leite vem encontrando extrema dificuldade no atendimento das exigências trazidas pelas IN's nº 76 e 77/2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, agravando ainda mais a crise no setor, que já vem sofrendo nos últimos 03 anos com a concorrência do leite oriundo da Argentina, e, principalmente, do Uruguai, além disso, contribui para crise o fato do governo Bolsonaro ter deixado de aplicar a tarifa antidumping sobre a importação do leite em pó, integral e desnatado da União Européia e Nova Zelândia.

As novas regras para a produção e industrialização de leite no país, instituídas pela instrução normativa entraram em vigor em maio deste ano. Elas especificam os padrões de identidade e qualidade do leite cru refrigerado, do pasteurizado e do tipo A. Nas Instruções Normativas nº 76 e 77, são definidos critérios para obtenção de leite de qualidade e com segurança para o consumidor, e das características e da qualidade do produto na indústria.

Os novos critérios trazem enormes dificuldades para as cooperativas de laticínios que precisam fazer o transporte até a indústria da matéria prima, do leite em natura, além disso, outro problema enfrentado pelo produtor é a baixa qualidade da energia elétrica disponibilizada no meio rural, o que dificulta a manutenção da refrigeração exigida pela norma.

As IN's atingem todo o território nacional, são milhões de agricultores, grandes, médios e pequenos que estão encontrando enormes dificuldades de atender as normas trazidas nas referidas IN's, fragilizando ainda mais a cadeia produtiva do leite, que é umas das principais e mais

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

importantes da agricultura brasileira. Assim, se faz urgente que os efeitos desta norma sejam sustados.

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, pela sua natureza institucional, tem o compromisso de aprofundar a discussão relacionada ao tema, pois além das questões econômicas envolvidas, tem-se o componente agrário fortemente relacionado à matéria.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 2019.

Deputado Marcon

PT/RS